

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO a DEZEMBRO/07

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Janeiro a Dezembro/07	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	412.669.536,86	-
Pessoal Ativo	283.931.357,15	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	128.738.179,71	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	35.640.054,23	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	65.474,98	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.896.780,62	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	32.677.798,63	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP III =(I - II)	377.029.482,63	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (IV)	8.301.076.085,32	-
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III / IV) * 100]	4,54	-
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) < 6% >	498.064.565,12	-
LIMITE PRUDENCIAL (\$ único, art. 22 da LRF) < 5,7% >	473.161.336,86	-

FONTE: SIAFEM - Dados definitivos 2007

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Recife, 25 de março de 2008

